

**A PRESENÇA DO COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA DO SUL DO BRASIL:  
UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO  
AGROPECUÁRIO 2017**

**THE COOPERATIVISM IN THE AGRICULTURE OF SOUTHERN BRAZIL: A  
BRIEF CHARACTERIZATION FROM THE BRAZILIAN AGRICULTURAL  
CENSUS DATA 2017**

**LA PRESENCIA DEL COOPERATIVISMO EN LA AGRICULTURA DEL SUR DE  
BRASIL: UNA BREVE CARACTERIZACIÓN BASADA EN DATOS DEL CENSO  
AGRÍCOLA BRASILEÑO 2017**

Gean Carlos Tomazzoni<sup>1</sup>  
Sergio Schneider<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo apresenta uma caracterização do desenvolvimento do cooperativismo na agricultura da macrorregião Sul do Brasil, a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017. O trabalho identifica e quantifica os estabelecimentos agropecuários que declararam associação à cooperativa através do mapeamento de características dos produtores e da produção, das características socioeconômicas e das tipologias da agricultura não-familiar e familiar. A metodologia utilizada consistiu na análise de dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017 do IBGE, retirados do *website* SIDRA a partir da variável 'associação à cooperativa'. Os resultados revelam uma tendência de fortalecimento do cooperativismo na agricultura da macrorregião Sul do Brasil. Espera-se que esses resultados possam ser tomados como importantes sinalizadores para análises mais profundas do contexto político, social e econômico no qual a agricultura brasileira está inserida e como o cooperativismo pode potencializar o seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Agricultura. Agricultura familiar. Censo agropecuário.

**ABSTRACT**

This article aims to characterize the development of cooperatives in agriculture in the Southern of Brazil, based on data from the 2006 and 2017 Agricultural Censuses. This paper defines and quantifies agricultural establishments that declared association with cooperatives through the mapping of characteristics of producers and production, socioeconomic characteristics and typologies of family farming. The methodology is based on analysis of secondary data from the 2006 and 2017 IBGE Agricultural Censuses, taken from the SIDRA website, using the variable

<sup>1</sup>Mestre em Administração. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [gean.tomazzoni@ufrgs.br](mailto:gean.tomazzoni@ufrgs.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4736-009X>

<sup>2</sup>Doutor em Sociologia. Professor Titular do Departamento de Sociologia e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [schneide@ufrgs.br](mailto:schneide@ufrgs.br). ORCID: <https://doi.org/0000-0002-4353-6732>

'association to the cooperative'. The results reveal a tendency to strengthen cooperativism in agriculture in the Southern of Brazil. It is hoped that these results can be taken as important indicators for deeper analysis of the political, social and economic context in which Brazilian agriculture is inserted and how cooperativism can enhance its development.

**Keywords:** Cooperativism. Agriculture. Family farming. Agricultural census.

## RESUMEN

Este artículo presenta una caracterización del desarrollo del cooperativismo en la agricultura en la macrorregión Sur de Brasil, con base en datos de los Censos Agropecuarios de 2006 y 2017. El trabajo identifica y cuantifica establecimientos agrícolas que declararon asociación con cooperativas a través del mapeo de características de productores y producción, características socioeconómicas y tipologías de agricultura familiar y no familiar. La metodología utilizada consistió en analizar los datos de los Censos Agrícolas del IBGE 2006 y 2017, extraídos de la página web de SIDRA, utilizando la variable 'asociación a la cooperativa'. Los resultados revelan una tendencia hacia el fortalecimiento del cooperativismo en la agricultura en la macrorregión Sur de Brasil. Se espera que estos resultados puedan ser tomados como indicadores importantes para un análisis más profundo del contexto político, social y económico en el que se inserta la agricultura brasileña y cómo el cooperativismo puede potenciar su desarrollo.

**Palavras chave:** Cooperativismo. Agricultura. Agricultura familiar. Censo agrícola.

**Como citar este artigo:** TOMAZZONI, Gean Carlos; SCHNEIDER, Sergio. A presença do cooperativismo na agricultura do Sul do Brasil: uma breve caracterização a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 65-88, 11 fev. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.Esp.Dossie.3901>

**Artigo recebido em:** 30/08/2021

**Artigo aprovado em:** 15/12/2021

**Artigo publicado em:** 11/02/2022

## 1 INTRODUÇÃO

Não é raro ouvir entre ativistas, formuladores de políticas e mesmo agentes privados e estudiosos que a performance da agricultura da macrorregião Sul do Brasil é tributária a sua forte base cooperativista. São recorrentes as narrativas que a agricultura familiar do Sul é “mais desenvolvida” vis-à-vis a macrorregião Nordeste. Quase sempre, o argumento que dá lastro a estas afirmações é a hipótese de que no Sul os agricultores familiares são amplamente engajados em cooperativas. Uma análise sobre os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostra, de fato, que há um contingente expressivo de agricultores familiares ligados às cooperativas no Sul do Brasil. Contudo, o que poucos poderiam imaginar é que a presença do cooperativismo não é

um fenômeno específico da agricultura familiar. O que vamos demonstrar neste trabalho é a forte presença do cooperativismo nas unidades agropecuárias não-familiares. Os dados que vamos apresentar e discutir mostram que o cooperativismo assume cada vez mais importância entre os proprietários médios e grandes da região do Sul do Brasil.

Os dados dos últimos Censos Agropecuários (IBGE, 2006; 2017) demonstram que, na última década, o Brasil presenciou um cenário de grande expansão do cooperativismo no setor agropecuário. O número de estabelecimentos associados às cooperativas cresceu em torno de 67% entre os anos de 2006 e 2017. Na macrorregião Sul do país, em 2006 eram 158.428 (15,7%) estabelecimentos que declararam associação à cooperativa. Em 2017 esse número cresceu para 313.763 (36,7%). Além disso, de acordo com o IBGE (2017), estima-se que de tudo que é produzido no campo, aproximadamente 48% têm alguma relação com o cooperativismo. E, em valores absolutos, a grande maioria dos estabelecimentos agropecuários brasileiros associados às cooperativas são de agricultores familiares.

As cooperativas agropecuárias são apontadas como responsáveis por impulsionar a produção, modernizar as técnicas e práticas agrícolas, investir em novas tecnologias e, assim, fomentar o desenvolvimento econômico e social dos agricultores (OCB, 2020). O cooperativismo agropecuário é responsável por quase 50% do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola (BRASIL, 2020; IBGE, 2017). De acordo com o levantamento do Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020, o ramo Agropecuário é integrado por 1.223 cooperativas ativas no sistema OCB, abarcando mais de 992 mil cooperados e gerando 207 mil empregos (OCB, 2020).

No campo do cooperativismo solidário na agricultura familiar, representado pelas cooperativas filiadas à União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) há aproximadamente 700 cooperativas espalhadas pelas cinco macrorregiões do país. O cooperativismo com enfoque solidário representa um instrumento de desenvolvimento fortemente calcado em economias locais e grupos sociais em que o interconhecimento e as relações de reciprocidade ainda se destacam como mecanismos institucionais que organizam a vida social. No Sul do Brasil em especial, mas não apenas, o cooperativismo de crédito solidário organizado em torno da CRESOL (Cooperativas de Crédito Solidário), assim como várias cooperativas de produtores e também de consumidores, vem crescendo nos anos recentes e ampliando as oportunidades de trabalho, renda, produção de alimentos e melhoria da qualidade de vida (UNICAFES, 2017).

Neste trabalho pretende-se apresentar uma caracterização do desenvolvimento do cooperativismo na agricultura da macrorregião Sul do Brasil, a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017. Para alcançar o objetivo proposto, emprega-se marcadores de diferença entre as tipologias da agricultura familiar e não-familiar, além de descritores de variáveis dependentes de informações sobre o acesso à orientação técnica, as características de gênero, escolaridade, distribuição por grupos de área, finalidade da produção agrícola, entre outras dimensões. O recorte será a agricultura da macrorregião Sul do Brasil, em que o cooperativismo tem presença pujante. Desse modo, com base no resgate da série histórica, lança-se olhares sobre a evolução do cooperativismo em um período (2006/2017) marcado pela criação e expansão de políticas públicas no campo da agricultura familiar no Brasil. Assim, considera-se que os resultados deste estudo podem ser tomados como importantes sinalizadores para análises mais profundas do contexto político, social e econômico no qual a agricultura está

inserida e como o cooperativismo pode potencializar o desenvolvimento rural da região como um todo.

Ainda que o cooperativismo agropecuário tenha enfrentado metamorfoses ao longo do século XX, as ações coletivas têm se mostrado capazes de resistir e de se firmar na economia nacional (STRATE, 2018). A organização dos agricultores, principalmente os familiares, em ações cooperativistas engendram historicamente uma alternativa profícua de reprodução social e econômica dessa categoria sócio-política ao longo de anos, séculos e gerações. No plano organizativo, o cooperativismo aprimora a capacidade dos produtores em levar com maior facilidade os produtos ao mercado e viabiliza o atendimento às múltiplas demandas dos consumidores (COSTA; VIZCAINO; COSTA, 2020). Além disso, a partir do final do século XX, as políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), trouxeram oportunidades significativas de organização dos agricultores e fortalecimento do cooperativismo na agricultura brasileira (STRATE, 2018).

Para além desta introdução, o artigo está organizado em quatro seções. Na primeira seção resgatamos breves notas de revisão da literatura sobre cooperativismo. Na sequência, descrevemos os procedimentos metodológicos empregados na realização desta pesquisa. Na terceira seção, apresentamos a sistematização dos dados dos Censos Agropecuários que permitem uma contextualização preliminar do campo. Concluindo, destacamos as considerações finais com ênfase nos principais achados da pesquisa.

## **2 COOPERATIVISMO AGRÍCOLA: DAS CONTRIBUIÇÕES DE CHAYANOV AOS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS**

Os estudos sobre cooperativismo agrícola remontam uma literatura secular que postula o papel e o lugar da ação coletiva nas estratégias de desenvolvimento da agricultura e das nações. É neste sentido que os escritos de Alexander Chayanov, principal expoente da chamada Escola da Organização da Produção e da Agronomia Social da Rússia nos servem como referência e ponto de partida. O livro de Chayanov, “A Teoria das Cooperativas Camponesas” (hoje traduzido e publicado no Brasil), foi redigido e publicado logo depois da tomada do poder pelos Bolcheviques e tinha como objetivo demonstrar a líderes como Vladimir Lenin que a economia russa poderia ser organizada sob as bases do cooperativismo, que preservaria a propriedade privada camponesa e permitiria organizar a integração vertical às agroindústrias, mediata a formação do somente recentemente veio a ser chamado de cadeias agroindustriais.

Chayanov (2017) procurou mostrar como a economia camponesa cooperativista poderia interagir com a economia de mercado, assim permitindo o desenvolvimento combinado de diversas formas de organização da agricultura, tanto pequenas camponesas como outras formas. Ao analisar o contexto russo no início do século XX, Chayanov (2017) problematizou as especificidades da agricultura e identificou que, se comparado ao setor industrial, os estabelecimentos agrícolas possuíam limites à ampliação de escalas. Segundo o autor, tão logo o agricultor aumente sua produção ele passa a ser compelido a aumentar os insumos que utiliza, o que afeta a relação ótima entre custos e receitas. Mas, segundo Chayanov, as limitações de escala dos pequenos produtores poderiam ser superadas através do cooperativismo, que cria uma organização econômica que faz com que os pequenos produtores colaborem para superar

seus problemas de escala e tamanho, tornando-se também competitivos e rentáveis frente às grandes propriedades. O importante não é ser muito grande ou muito pequeno, mas ser de tamanho ótimo, balanceando as vantagens e desvantagens da grande ou da pequena escala, o que Chayanov (2017) denomina de teoria dos ótimos diferenciais.

Com a identificação dos ótimos diferenciais podem ser aferidas, para cada setor, a escala ótima específica. Assim, passa a existir um nível ótimo para o cultivo de pradarias, outro para a agricultura; e, além disso, um ótimo para o cultivo de grãos, outro para culturas consorciadas, outro para produção de sementes e outros ainda para diferentes formas de processamento – diferente em cada caso e, via de regra, com grande variação. Frente a aferição dos ótimos diferenciais, as cooperativas se estruturam como uma variante altamente aperfeiçoada de economia camponesa, possibilitando ao agricultor separar de seu plano organizativo as atividades nas quais a produção em larga escala apresenta vantagens indubitáveis em relação à de pequena escala. Desse modo, o camponês consegue organizar a produção desses itens em conjunto com seus vizinhos, de forma a alcançar um modo de produção de grande escala por meio das ações cooperativistas. Assim, as cooperativas fornecem aos pequenos empreendimentos todos os benefícios dos grandes. O desafio da agricultura camponesa passa a ser harmonização dos princípios organizacionais, por meio do controle do volume de vendas, o desenvolvimento organizacional do sistema e a expansão da base financeira, o que assegura o sucesso da ação cooperativa. Sucesso que é alcançado pelo crescimento da renda de seus membros e não, necessariamente, pelo “lucro” da própria cooperativa (CHAYANOV, 2017).

Chayanov (2017) também introduziu a noção de cooperação agrícola total, para apresentar a cooperação como modo de produção camponês entre pequenos produtores, que facilita o acesso aos meios de produção e às tecnologias, podendo ser ampliada para a comercialização dos produtos, processos técnicos e acesso ao crédito. Para o autor, as cooperativas podem ser a base sobre a qual se organiza um modelo social e econômico eficaz na alocação individual dos resultados alcançados coletivamente (CHAYANOV, 2017). Desse modo, a organização das massas camponesas em cooperativas seria uma forma de transformar a agricultura individualista em um sistema econômico coletivo, além de representar uma alternativa – talvez a única – para fortalecer o setor e promover a estabilidade, manutenção e reprodução desses modos de produção camponês. A coletivização cooperativa, na visão de Chayanov (2017), representa o melhor caminho para introduzir na economia camponesa elementos de uma economia de grande escala, de industrialização e de planejamento estatal. Segundo o autor, a organização das massas camponesas em cooperativas seria uma forma de transformar a agricultura individualista em um sistema econômico cooperativo e coletivo.

Embora seus escritos datem do início do século XX, a obra de Chayanov só foi descoberta e passou a ganhar repercussão na literatura internacional a partir de 1966, com a publicação da obra “A Teoria da Economia Camponesas” na língua inglesa. As contribuições de Chayanov sobre cooperativismo permaneceram ainda menos conhecidas. O livro “A Teoria das Cooperativas Camponesas”, escrito em 1919 e atualizado em 1927, só foi traduzido para inglês em 1991 e para o português no ano de 2017. É interessante destacar que ao longo das décadas de ocultação de seus escritos, muitos estudiosos se somaram às ideias de Chayanov sobre cooperativismo, ainda que desconhecassem a existência de sua obra.

O estudo pioneiro de HelMBERGER e Hoos (1962) postulou o cooperativismo agrícola como um modelo organizacional que maximiza o preço pago aos agricultores enquanto o lucro da cooperativa deveria ser igual a zero. Diversos estudos empíricos contemporâneos reforçam

esse argumento, evidenciando que os agricultores recebam preços mais altos das cooperativas do que das empresas privadas (SEXTON, 1990; FULTON; GIANNAKAS, 2013; HANISCH; ROMMEL; MÜLLER, 2013; OFORI; SAMPSON; VIPHAM 2019), impactando positivamente as rendas obtidas pelos agricultores (MA; ABDULAI, 2016; MOJO; FISCHER; DEGEFA, 2017; HOKEN; SU, 2018; COSTA; VIZCAINO; COSTA, 2020). Estudos também enfatizam que o impacto da associação à cooperativa pode variar de acordo com o tamanho da unidade agrícola. Hoken e Su (2018) mostram que o impacto da associação à cooperativa na renda agrícola é maior nas unidades de pequena escala.

A literatura também acumula evidências acerca do impacto da associação à cooperativa na produtividade agrícolas (FRANCESCONI; RUBEN, 2012; WOSSEN *et al.*, 2017; ORTEGA *et al.*, 2019; ZHANG *et al.*, 2020). Wossen *et al.* (2017) analisaram os impactos do acesso aos serviços de extensão e a participação em cooperativas na adoção de tecnologia, na compra de ativos e na redução da pobreza na agricultura familiar da Nigéria. Os autores descobriram que a associação à cooperativa tem efeitos positivos na adoção de tecnologia e, conseqüentemente, no bem-estar dos agricultores familiares. Francesconi e Ruben (2012) verificaram que a participação em cooperativas gera impactos positivos na produção de leite na Etiópia. Abate, Francesconi e Getnet (2014) observaram eficiência técnica mais elevada nas unidades agrícolas filiadas às cooperativas agrícolas por causa do melhor acesso aos insumos e aos serviços produtivos.

Com a emergência do debate do desenvolvimento sustentável, que marca o século XXI, diversos estudos têm apontado o cooperativismo como potencializador da adoção de práticas e inovações agrícolas sustentáveis (ABEBAW; HAILE, 2013; ZHOU; LIU; LIANG, 2018; CANDEMIR; DUVALEIX, 2021). Yu *et al.* (2021) demonstraram que a associação à cooperativa gera um impacto positivo na adoção de tecnologias para o manejo integrado de pragas, que incluem a regulamentação ecológica e o controle biológico e físico. No campo social, Yu e Huang (2020) defendem que os impactos sociais devem ser levados em consideração na análise da eficiência de uma cooperativa. Ferguson e Kepe (2011) pesquisaram os benefícios não monetários obtidos por mulheres da Uganda que se associam às cooperativas e concluíram que o cooperativismo gera um aumento das habilidades de negociação e capacidade de tomar decisões.

Guasselli (2002) também destaca o papel significativo que o cooperativismo tem no desenvolvimento rural e na redução da pobreza no Brasil. Neves, Castro e Freitas (2019) sustentam que as cooperativas brasileiras são o principal elo entre os agricultores e o mercado. Silva *et al.* (2014) apontam que as dificuldades históricas enfrentadas pelos agricultores familiares, como a insegurança para fazer investimentos, planejar as atividades e ampliar sua capacidade produtiva, podem ser superadas pelo agenciamento de ações cooperativistas. Tomazzoni e Schneider (2020) analisaram o contexto da agricultura orgânica no Brasil e identificaram que os agricultores associados às cooperativas possuem indicadores melhores acerca da certificação da produção orgânica, em comparação com os que não possuem essas relações cooperativistas. Buainain (2006) demonstrou que o grau de organização e participação dos agricultores em organizações sociais, como as cooperativas e associações de produtores, têm impacto direto sobre a capacidade de adoção de novas práticas, produção e eficiências do uso dos recursos na agricultura familiar.

Além disso, Ferreira e Braga (2004) destacam o papel do cooperativismo no desenvolvimento regional, evidenciando que em algumas regiões do Brasil, as cooperativas são

o único canal de comercialização e de aquisição dos insumos agrícolas pelos agricultores. Büttendörfer (2010) entende o cooperativismo como expressão das ações locais de desenvolvimento, que engendram os interesses e necessidades dos cooperados, da comunidade e do território, como extensão de suas economias individuais, mas em cooperação. Johnston, Santana e Santos (2020) defendem que o cooperativismo ajuda a promover o desenvolvimento regional, sobretudo como mecanismo de facilitação às infraestruturas produtivas, mudança tecnológica, assistência técnica, agregação de valor à produção, comercialização, acesso à crédito e seguros. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2016) também argumenta que as cooperativas agrícolas representam um importante mecanismo de promoção ao desenvolvimento rural e regional, sendo responsáveis por criar oportunidades de mercado aos agricultores familiares, oferecer capacitações para a gestão de recursos naturais e viabilizar o acesso à informação, tecnologia, inovação e serviços de extensão agrária (FAO, 2016).

O cooperativismo é apontado como elemento central para a organização dos agricultores e como mecanismo coletivo para fazer frente aos problemas dos custos de transação e deseconomias de escala, principalmente no que se refere a agricultura familiar, porque possibilita ganhos de escala relacionadas às compras dos insumos, assistência técnica e acesso a mercados (CHARLES; BATTESE; VILLANO, 2019; FERNANDES *et al.*, 2018; FISCHER; QAIM, 2012; NAZIRI *et al.*, 2014; COSTA, VIZCAINO, COSTA, 2020; TOMAZZONI; SCHNEIDER, 2020). Com efeito, as cooperativas cumprem papel primordial na organização dos sistemas produtivos agrícolas, atuando no fornecimento de serviços unificados, na compra coletiva de insumos, na contratação de orientação técnica e no acesso à canais de venda e processamento dos produtos agrícolas (HELLIN; LUNDY; MEIJER, 2009). Além disso, o desenvolvimento sustentável da agricultura em debate, parece ser mais plausível com a atuação estratégica das cooperativas agropecuárias (AREF, 2011).

Desse modo, os estudos contemporâneos se somam e reforçam a atualidade da obra de Chayanov para compreensão do cooperativismo agrícola. Seus escritos não são apenas uma análise do cooperativismo camponês russo do século XIX. Diversos estudiosos contemporâneos fornecem *insights* analíticos que se conectam com a abordagem desenvolvida por Chayanov. A “Teoria das Cooperativas Camponesas” de Chayanov oferece uma análise completa para compreender o lugar e o papel do cooperativismo para o desenvolvimento do rural brasileiro.

### 3 METODOLOGIA

Os Censos Agropecuários, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), têm exercido um papel imprescindível para compreender as características socioeconômicas, ambientais e produtivas da agricultura brasileira, suas constituições e mudanças ao longo dos anos. O primeiro Censo Agropecuário foi realizado no ano de 1920, como parte integrante do Recenseamento Geral. Desde então, o levantamento ocorreu nos anos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996, 2006 e 2017.

O Censo de 2006 foi inovador mediante a ampliação dos temas investigados (LOURENÇO; SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017). Dentre as inovações, vale destacar o acréscimo importante que se refere aos dados sobre “associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe”. Dessa forma, os produtores declararam se estavam, na data base,

associados à: a) Cooperativa; b) Entidade de classe/sindicato; c) Associação/movimento de produtores; d) Associação de moradores. Tal questão foi novamente incorporada ao levantamento do Censo Agropecuário de 2017. Segundo o IBGE, “cooperativa é uma organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar determinada atividade. A cooperação se baseia na participação dos associados com vistas a atingir o bem comum” (IBGE, 2019a, p. 01).

Alinhado com a proposta de analisar o desenvolvimento do cooperativismo na agricultura da macrorregião Sul do Brasil, foram quantificados dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, referentes à variável “associação do produtor à cooperativa”. É válido ressaltar que o Censo Agropecuário de 2006 teve como data base o dia 31/12/2006. Já o Censo Agropecuário de 2017 teve como data base o dia 30/09/2017.

Outra inovação relevante implementada no Censo Agropecuário de 2006, e também adotada em 2017, refere-se à possibilidade de segmentação de acordo com os critérios da agricultura familiar e não-familiar, tomando-se por base a definição estabelecida pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006). É válido frisar que em 2017 os critérios empregados pelo IBGE para delimitação da categoria agricultura familiar consideraram o marco legal e as normativas vigentes em 30 de setembro de 2017. Com efeito, o IBGE empregou os parâmetros da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326, de 2006) e do Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária e institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar. A normatização desse Decreto foi feita pela Portaria Sead nº 234, de 04 de abril de 2017. E, finalmente, veio a Portaria SAF/Sead nº 001, de 13 de abril de 2017, que dispõe sobre a elegibilidade da Declaração de Aptidão do Pronaf. Com efeito, para fins de comparação dos resultados do Censo Agropecuário de 2017 com os resultados do Censo Agropecuário de 2006 (processados anteriormente a publicação do repertório legal) o IBGE reviu e adaptou um novo algoritmo para classificar a agricultura familiar em 2006, em sintonia com os quadros normativos vigentes em 2017.

Os dados disponíveis dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 possibilitaram a coleta das seguintes informações: Gênero dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários; Escolaridade dos produtores; Grupos de área dos estabelecimentos agropecuários; Renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento em relação às outras rendas obtidas pelo produtor; Finalidade principal da produção agropecuária; e Orientação técnica recebida. Essas informações foram coletadas e sistematizadas visando desvelar padrões comparativos que cruzaram os resultados entre estabelecimentos da agricultura familiar e da não-familiar, assim como comparativos entre estabelecimentos onde o produtor é associado à cooperativa e estabelecimentos onde o produtor não é associado à cooperativa.

Todos os dados secundários referentes aos Censos estão disponíveis no Banco de Dados Agregados do Sistema de Recuperação Automática (SIDRA). A partir da extração dos dados da plataforma, a análise e sistematização das informações foi dividida em três etapas. Na primeira etapa foram mapeados dados de matrizes inseridos no SIDRA, que contemplavam a categoria ‘associação do produtor à cooperativa e/ou entidade de classe’, segmentado especificamente na variável ‘associação à cooperativa’. A segunda etapa constituiu-se em uma sistematização e a tabulação dos dados, usando-se o *software* Microsoft Excel. Por fim, as



informações foram submetidas a uma análise descritiva sobre o cooperativismo na agricultura da macrorregião Sul do Brasil, mobilizando o repertório teórico.

#### **4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS ASSOCIADOS À COOPERATIVAS**

Para apresentação dos resultados da pesquisa, inicialmente, levanta-se dados do panorama nacional sobre o número de estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa. De acordo com a Tabela 1, é possível observar que 346.369 (6,7%) estabelecimentos agropecuários brasileiros possuíam associação à cooperativa em 2006 sendo que, quando categorizados entre agricultura familiar e não-familiar, é possível observar índices superiores na agricultura não-familiar. Nesse sentido, entre os 809.369 estabelecimentos da agricultura não-familiar recenseados em 2006, 108.533 (13,4%) estavam associados à cooperativa. Já na agricultura familiar, dos 4.366.267 estabelecimentos, apenas 237.836 (5,4%) estavam associados à cooperativa no ano de 2006. Além disso, analisando as macrorregiões brasileiras, é relevante destacar que em 2006 a macrorregião Sul (15,7%) apresentava a maior proporção de estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa, seguida das macrorregiões Sudeste (12,9%) e Centro-Oeste (8,4%). Norte (2,2%) e Nordeste (1,3%) apresentaram os menores percentuais de associação à cooperativa.

Quando se comparam os dados dos levantamentos de 2006<sup>3</sup> e 2017, verifica-se um crescimento expressivo no número de estabelecimentos agropecuários vinculados com cooperativas no Brasil. Esse indicador cresceu de 346.369 (6,7%) estabelecimentos em 2006 para 579.438 (11,4%) em 2017. Cabe destacar que no mesmo período houve uma redução de aproximadamente 2% no número total de estabelecimentos agropecuários no Brasil. Esse resultado foi impulsionado principalmente pela categoria da agricultura familiar, que registrou um decréscimo de aproximadamente 11% entre 2006 e 2017. No mesmo período, foi registrado um crescimento de aproximadamente 45% no número de estabelecimentos pertencentes à categoria da agricultura não-familiar.

---

<sup>3</sup> A comparação dos dados do Censo Agropecuário 2006 com os do Censo Agropecuário 2017 deve ser realizada com vigilância. Pesquisadores têm apontado que alterações no método em relação à pesquisa anterior podem influenciar nos resultados da pesquisa (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2021).

Tabela 1 – Presença do cooperativismo na agricultura brasileira (2006 e 2017)

Brasil e Grandes Regiões		2006			2017		
		Total de Estabelecimentos	Associados à Cooperativa		Total de Estabelecimentos	Associados à Cooperativa	
			N.º	%		N.º	%
Brasil	Total	5.175.636	346.369	6,7	5.073.324	579.438	11,4
	Não-familiar	809.369	108.533	13,4	1.175.916	167.133	14,2
	Familiar	4.366.267	237.836	5,4	3.897.408	412.305	10,6
Norte	Total	475.778	10.537	2,2	580.613	20.309	3,5
	Não-familiar	63.112	2.506	4,0	100.038	4.767	4,8
	Familiar	412.666	8.031	1,9	480.575	15.542	3,2
Nordeste	Total	2.454.060	32.091	1,3	2.322.719	33.592	1,4
	Não-familiar	266.929	8.386	3,1	483.873	9.380	1,9
	Familiar	2.187.131	23.705	1,1	1.838.846	24.212	1,3
Sudeste	Total	922.097	118.518	12,9	969.415	165.630	17,1
	Não-familiar	222.342	50.327	22,6	280.470	65.501	23,4
	Familiar	699.755	68.191	9,7	688.945	100.129	14,5
Sul	Total	1.006.203	158.428	15,7	853.314	313.763	36,8
	Não-familiar	156.510	35.164	22,5	187.547	65.727	35,0
	Familiar	849.693	123.264	14,5	665.767	248.036	37,3
Centro-Oeste	Total	317.498	26.795	8,4	347.263	46.144	13,3
	Não-familiar	100.476	12.150	12,1	123.988	21.758	17,5
	Familiar	217.022	14.645	6,7	223.275	24.386	10,9

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006; 2017).

Embora a redução no número total de estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil, chama a atenção o crescimento dos índices de associação à cooperativa verificados nessa categoria<sup>4</sup>. Enquanto em 2006 foram identificados 237.836 (5,4%) estabelecimentos familiares associados à cooperativa, em 2017 esse indicador saltou para 412.305 (10,6%). Na macrorregião Sul, em 2006 foram mapeados 123.264 (14,5%) estabelecimentos agropecuários familiares associados à cooperativa. Em 2017 esse número cresceu para 248.036 (37,3%), o que representa um crescimento de 101,2%. Essa tendência de crescimento se repetiu em todas as macrorregiões do país, tanto na agricultura familiar como na agricultura não-familiar, embora o crescimento tenha sido menos expressivo do que no Sul do Brasil. Somente na categoria não-familiar, a macrorregião Nordeste apresentou um decréscimo no indicador de associação à cooperativa.

Observando-se apenas os dados referentes à macrorregião Sul, verifica-se que o índice de associação à cooperativa cresceu expressivamente nos três estados da macrorregião. No estado do Paraná, em 2006, 75.163 estabelecimentos agropecuários declararam associação à cooperativa, representando 20,3% do total. Em 2017, esse número subiu para 106.440 estabelecimentos, representando 34,9% do número total de estabelecimentos do estado. Em Santa Catarina, 24.042 (12,4%) estabelecimentos agropecuários estavam associados à cooperativa no ano de 2006. No Censo de 2017, o número de produtores que declararam associação à cooperativa cresceu para 63.842, o que representa 34,9% dos estabelecimentos

<sup>4</sup> A definição de agricultura familiar empregada pelo IBGE considerou o marco legal e as normativas vigentes na data base. Segundo Schneider, Cazella e Mattei (2021), dentre os efeitos decorrentes dessa concepção de agricultura familiar, uma das mais graves é a que resultou na desclassificação de 660.992 estabelecimentos da condição de agricultores familiares no Censo Agropecuário de 2017 por terem rendas não agrícolas.

recenseados no estado. No estado do Rio Grande do Sul, 59.223 (13,4%) estabelecimentos declararam associação à cooperativa no ano de 2006 e 143.481 em 2017, atingindo a marca de 39,3% dos estabelecimentos do estado. Em linhas gerais, os dados revelam que o número de associações às cooperativas cresceu 41,6% no estado Paraná, 165,5% no estado de Santa Catarina e 242,3% no estado do Rio Grande do Sul.

Ademais, de acordo com a Tabela 2, observa-se que essa tendência de crescimento foi influenciada principalmente pela agricultura familiar. No Paraná, o número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar associados à cooperativa passou de 54.886 (18,1%) em 2006 para 76.412 (33,4%) em 2017, representando um crescimento de 39,2%. Em Santa Catarina o número de estabelecimentos familiares que declaram associação à cooperativa passou de 20.355 (12,1%) em 2006 para 53.202 (37,2%) em 2017, o que significa um crescimento de 161,4%. No Rio Grande do Sul, o crescimento na categoria da agricultura familiar foi de 146,6%, passando de 48.023 (12,7%) estabelecimentos familiares associados à cooperativa em 2006 para 118.422 (40,3%) em 2017. É preciso destacar que nos três estados da macrorregião Sul em 2006 os índices de associação à cooperativa eram superiores na categoria da agricultura não-familiar em comparação com a familiar. Em 2017, o índice de associação à cooperativa na agricultura familiar foi superior ao índice verificado na categoria da agricultura não-familiar nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Ademais, o Sul do Brasil é a única macrorregião do país onde a agricultura familiar apresenta índice de associação à cooperativa superior ao da agricultura não-familiar.

Tabela 2 – Presença do cooperativismo nos estados da macrorregião Sul do Brasil (2006 e 2017)

Macrorregião Sul		2006			2017		
		Total de Estabelecimentos	Associados à Cooperativa		Total de Estabelecimentos	Associados à Cooperativa	
			N.º	%		N.º	%
Paraná	Total	371.063	75.163	20,3	305.154	106.440	34,9
	Não-familiar	68.235	20.277	29,7	76.266	30.028	39,4
	Familiar	302.828	54.886	18,1	228.888	76.412	33,4
Santa Catarina	Total	193.668	24.042	12,4	183.066	63.842	34,9
	Não-familiar	25.156	3.687	14,7	40.079	10.640	26,5
	Familiar	168.512	20.355	12,1	142.987	53.202	37,2
Rio Grande do Sul	Total	441.472	59.223	13,4	365.094	143.481	39,3
	Não-familiar	63.119	11.200	17,7	71.202	25.059	35,2
	Familiar	378.353	48.023	12,7	293.892	118.422	40,3

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006; 2017).

Diante do cenário de expansão do cooperativismo na macrorregião Sul, buscou-se caracterizar o perfil dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa. A partir da estratificação dos dados da macrorregião Sul foi possível observar que 86,1% dos estabelecimentos pertencentes à agricultura não-familiar e 92,2% à agricultura familiar, são chefiados por homens. Especificamente, no que se refere aos estabelecimentos agropecuários da macrorregião Sul associados à cooperativa, verifica-se que as mulheres são ainda menos representativas, apenas 6,9% na agricultura não-familiar e 7,8% na agricultura familiar. Em relação ao gênero, em geral, no Brasil 81,0% dos estabelecimentos agropecuários são chefiados por homens. Este indicador revela um forte viés de gênero masculino no que concerne ao vínculo dos estabelecimentos com as cooperativas. Seria importante verificar se estes dados refletem o fato de que apenas o respondente masculino foi

contabilizado na contagem, uma vez que é recorrente que apenas homens respondem ao questionário do Censo Agropecuário.

Tabela 3 – Gênero dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa na macrorregião Sul do Brasil (2017)

Gênero	AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR				AGRICULTURA FAMILIAR			
	Geral		Associados à Cooperativa		Geral		Associados à Cooperativa	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	187.547	100	65.727	100	665.767	100	248.036	100
Homem	161.559	86,1	60.229	91,6	583.927	87,7	228.797	92,2
Mulher	21.513	11,5	4.505	6,9	81.840	12,3	19.239	7,8
Não se aplica	4.475	2,4	993	1,5	0	0,0	0	0,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

A análise acerca do nível de escolaridade dos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários na macrorregião Sul demonstra que 1,8% dos produtores na agricultura não-familiar e 4,8% na agricultura familiar, não sabem ler e nem escrever. Entre os associados à cooperativa, esse índice reduz para 0,7% na categoria da agricultura não-familiar e 2,1% na familiar. É possível identificar também que o percentual de produtores com nível de formação de ensino médio, técnico e graduação é levemente superior nos estabelecimentos que declararam associação à cooperativa. Estes dados revelam que os estabelecimentos que estão filiados às cooperativas possuem indicadores melhores de escolaridade.

Tabela 4 – Escolaridade dos(as) produtores(as) responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa na macrorregião Sul do Brasil (2017)

Escolaridade	AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR				AGRICULTURA FAMILIAR			
	Total		Associados à Cooperativa		Total		Associados à Cooperativa	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	187.547	100	65.727	100	665.767	100	248.036	100
Sabe ler e escrever	179.649	95,8	64.287	97,8	633.720	95,2	242.901	97,9
Não sabe ler e escrever	3.423	1,8	447	0,7	32.047	4,8	5.135	2,1
Não se aplica	4.475	2,4	993	1,5	0	0,0	0	0,0
<b>Nível de Escolaridade</b>	<b>N.º</b>	<b>%</b>	<b>N.º</b>	<b>%</b>	<b>N.º</b>	<b>%</b>	<b>N.º</b>	<b>%</b>
Total	187.547	100	65.727	100	665.767	100	248.036	100
Nunca frequentou escola	3.326	1,8	497	0,8	30.076	4,5	4.442	1,8
Classe de alfabetização - CA	2.222	1,2	458	0,7	16.575	2,5	4.346	1,8
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	387	0,2	91	0,1	2.096	0,3	563	0,2
Antigo primário (elementar)	49.101	26,2	15.574	23,7	291.124	43,7	102.469	41,3
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	16.887	9,0	5.891	9,0	62.511	9,4	25.789	10,4
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	29.388	15,7	9.784	14,9	136.899	20,6	56.082	22,6
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	518	0,3	183	0,3	2.357	0,4	997	0,4
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	1.321	0,7	475	0,7	2.616	0,4	942	0,4
Regular de ensino médio ou 2º grau	38.240	20,4	14.608	22,2	84.675	12,7	36.857	14,9
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	6.154	3,3	2.610	4,0	10.563	1,6	4.928	2,0
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	594	0,3	199	0,3	2.233	0,3	1.039	0,4
Superior - graduação	32.840	17,5	13.561	20,6	23.211	3,5	9.302	3,8
Mestrado ou doutorado	2.094	1,1	803	1,2	831	0,1	280	0,1
Não se aplica	4.475	2,4	993	1,5	0	0,0	0	0,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

A partir da análise da distribuição dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total visualiza-se que na categoria da agricultura familiar, a maioria dos estabelecimentos agropecuários da macrorregião Sul detém área total de até 20 hectares (69,2%). Entre o grupo dos estabelecimentos da agricultura familiar associados à cooperativa, os que detém área total de até 20 hectares representam 58,2% dos estabelecimentos. De acordo com a Tabela 5, é possível observar que entre os 48.354 estabelecimentos familiares que possuem área de até 2 hectares, apenas 5.867 (12,1%) possuem associação à cooperativa. Na medida que aumenta a faixa do grupo de área, essa relação proporcional também cresce, atingindo seu ápice nos estabelecimentos com área de 50 a 100 hectares, na qual, dos 37.336 estabelecimentos familiares, 20.695 (55,4%) possuem vínculos com cooperativas. Na faixa de 100 a 200 hectares, a agricultura familiar é pouco representativa e nas faixas superiores à 200 hectares, quase inexistente. É importante destacar que 99,4% dos estabelecimentos familiares da macrorregião Sul detém área total inferior a 100 hectares.

Já na agricultura não-familiar, os estabelecimentos agropecuários que detém área total superior a 100 hectares representam 33,7%. Além disso, 51% dos estabelecimentos não-familiares associados à cooperativa detém área total superior a 100 hectares. Dos 65.423 estabelecimentos agropecuários com área total superior a 100 hectares na macrorregião Sul, 63.281 (96,7%) estão classificados na categoria da agricultura não-familiar. E, dos 34.184 estabelecimentos agropecuários associados com cooperativas e detentores de área total superior a 100 hectares na macrorregião Sul, 33.583 (98,1%) estão classificados na categoria da agricultura não-familiar. Assim, os resultados demonstram que nos grupos de área superiores a 100 hectares, o cooperativismo é representativo na agricultura do Sul do Brasil, no entanto, apenas na agricultura não-familiar. É importante observar a forte presença do cooperativismo nos estabelecimentos de maior porte. Dos 63.281 estabelecimentos não-familiares que detém área total superior a 100 hectares, 33.543 (53,0%) declararam associação à cooperativa.

Tabela 5 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa em relação ao grupo de área na macrorregião Sul do Brasil (2017)

Grupos de Área	AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR						AGRICULTURA FAMILIAR					
	Total			Associados à Cooperativa			Total			Associados à Cooperativa		
	N.º	%		N.º	%		N.º	%		N.º	%	
<b>Total</b>	187.547	100		65.727	100		665.767	100		248.036	100	
0 ha - 2 ha	19.961	10,6	10,6	2049	3,1	3,1	48.354	7,3	7,3	5.867	2,4	2,4
2 ha - 5 ha	24.738	13,2	23,8	4.201	6,4	9,5	99.892	15,0	22,3	21.288	8,6	10,9
5 ha - 10 ha	20.334	10,8	34,7	4.472	6,8	16,3	127.532	19,2	41,4	40.217	16,2	27,2
10 ha - 20 ha	20.193	10,8	45,4	5.196	7,9	24,2	184.677	27,7	69,2	77.095	31,1	58,2
20 ha - 50 ha	17.349	9,3	54,7	5.460	8,3	32,5	164.160	24,7	93,8	81.988	33,1	91,3
50 ha - 100 ha	20.954	11,2	65,9	10.718	16,3	48,8	37.336	5,6	99,4	20.695	8,3	99,6
100 ha - 200 ha	27.209	14,5	80,4	15.147	23,0	71,9	2.063	0,3	99,7	622	0,3	99,9
200 ha - 500 ha	21.923	11,7	92,1	11.649	17,7	89,6	54	0,0	99,7	16	0,0	99,9
500 ha - 1000 ha	8.472	4,5	96,6	4.288	6,5	96,1	12	0,0	99,7	1	0,0	99,9
1000 ha - 2500 ha	4.492	2,4	99,0	2.075	3,2	99,3	12	0,0	99,7	2	0,0	99,9
2500 ha - 10000 ha	1.106	0,6	99,6	375	0,6	99,9	1	0,0	99,7	0	0,0	99,9
De 10000 ha e mais	79	0,0	99,6	9	0,0	99,9	0	0,0	99,7	0	0,0	99,9
Produtor sem área	737	0,4	100	88	0,1	100	1.674	0,3	100	245	0,1	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Visando aprofundar os resultados acerca da distribuição dos estabelecimentos agropecuários associados às cooperativas em relação ao grupo de área, explorou-se os dados referentes a cada um dos estados da macrorregião Sul do Brasil. De acordo com a Tabela 6, no estado do Paraná, 48,5% dos estabelecimentos agropecuários familiares possuem área total inferior a 10 hectares. Além disso, 99,7% dos estabelecimentos agropecuários familiares do estado possuem área total inferior a 100 hectares. Entre os 76.412 estabelecimentos familiares associados à cooperativa no estado do Paraná, 30,6% detêm de área total inferior a 10 hectares e 60,9% possuem área total entre 10 e 50 hectares. Na agricultura não-familiar, 32,5% dos estabelecimentos agropecuários possuem área total superior a 100 hectares. Entre os 30.028 estabelecimentos agropecuários não-familiares vinculados à cooperativa, 53,0% detêm área total superior a 100 hectares.

Tabela 6 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa em relação ao grupo de área no estado do Paraná (2017)

Grupos de Área	AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR						AGRICULTURA FAMILIAR					
	Total			Associados à Cooperativa			Total			Associados à Cooperativa		
	N.º	%		N.º	%		N.º	%		N.º	%	
<b>Total</b>	76.266	100		30.028	100		228.888	100		76.412	100	
0 ha - 2 ha	11.684	15,3	15,3	898	3,0	3,0	26.430	11,5	11,5	2369	3,1	3,1
2 ha - 5 ha	10.525	13,8	29,1	1.658	5,5	8,5	41.451	18,1	29,7	8.110	10,6	13,7
5 ha -10 ha	7.137	9,4	38,5	1.623	5,4	13,9	43.100	18,8	48,5	12.939	16,9	30,6
10 ha - 20 ha	6.706	8,8	47,3	1.948	6,5	20,4	57.488	25,1	73,6	22.451	29,4	60,0
20 ha - 50 ha	5.892	7,7	55,0	2.318	7,7	28,1	48.782	21,3	94,9	24.040	31,5	91,5
50 ha - 100 ha	9.271	12,2	67,2	5.618	18,7	46,8	10.836	4,7	99,7	6.419	8,4	99,9
100 ha - 200 ha	11.577	15,2	82,3	7.442	24,8	71,6	83	0,0	99,7	17	0,0	99,9
200 ha - 500 ha	8.855	11,6	93,9	5.830	19,4	91,0	33	0,0	99,7	11	0,0	99,9
500 ha - 1000 ha	2.786	3,7	97,6	1.806	6,0	97,0	8	0,0	99,7	0	0,0	99,9
1000 ha - 2500 ha	1.232	1,6	99,2	760	2,5	99,6	10	0,0	99,7	1	0,0	99,9
2500 ha - 10000 ha	299	0,4	99,6	99	0,3	99,9	1	0,0	99,7	0	0,0	99,9
De 10000 ha e mais	35	0,0	99,6	1	0,0	99,9	0	0,0	99,7	0	0,0	99,9
Produtor sem área	267	0,4	100	27	0,1	100	666	0,3	100	55	0,1	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

No estado de Santa Catarina verifica-se que 36,9% dos estabelecimentos agropecuários familiares possuem área total inferior a 10 hectares. Além disso, 99,7% dos estabelecimentos classificados na categoria da agricultura familiar possuem área total inferior a 100 hectares. Entre os 53.202 estabelecimentos familiares associados com cooperativas no estado de Santa Catarina, 23,1% detêm área total inferior a 10 hectares e 70,1% possuem área total de 10 a 50 hectares. Na agricultura não-familiar, 21,0% dos estabelecimentos agropecuários possuem área total superior a 100 hectares. Entre os 10.640 estabelecimentos não-familiares associados à cooperativa no estado de Santa Catarina, 32,7% possuem área total superior a 100 hectares.

Tabela 7 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa em relação ao grupo de área no estado de Santa Catarina (2017)

Grupos de Área	AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR						AGRICULTURA FAMILIAR					
	Total			Associados à Cooperativa			Total			Associados à Cooperativa		
	N.º	%		N.º	%		N.º	%		N.º	%	
<b>Total</b>	40.079	100		10.640	100		142.987	100		53.202	100	
0 ha - 2 ha	3.343	8,3	8,3	327	3,1	3,1	7.095	5,0	5,0	810	1,5	1,5
2 ha - 5 ha	5.914	14,8	23,1	891	8,4	11,4	18.353	12,8	17,8	3.444	6,5	8,0
5 ha -10 ha	5669	14,1	37,2	1083	10,2	21,6	27328	19,1	36,9	8012	15,1	23,1
10 ha - 20 ha	6404	16,0	53,2	1496	14,1	35,7	44422	31,1	68,0	18425	34,6	57,7
20 ha - 50 ha	5183	12,9	66,2	1374	12,9	48,6	38789	27,1	95,1	18878	35,5	93,2
50 ha - 100 ha	4949	12,3	78,5	1966	18,5	67,1	6563	4,6	99,7	3535	6,6	99,8
100 ha - 200 ha	4407	11,0	89,5	1959	18,4	85,5	25	0,0	99,7	7	0,0	99,8
200 ha - 500 ha	2585	6,4	95,9	1013	9,5	95,0	12	0,0	99,7	4	0,0	99,8
500 ha - 1000 ha	876	2,2	98,1	326	3,1	98,1	3	0,0	99,7	1	0,0	99,8
1000 ha - 2500 ha	424	1,1	99,2	144	1,4	99,4	1	0,0	99,7	0	0,0	99,8
2500 ha - 10000 ha	131	0,3	99,5	34	0,3	99,7	0	0,0	99,7	0	0,0	99,8
De 10000 ha e mais	13	0,0	99,5	1	0,0	99,8	0	0,0	99,7	0	0,0	99,8
Produtor sem área	181	0,5	100	26	0,2	100	396	0,3	100	86	0,2	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

No contexto do estado do Rio Grande do Sul observa-se que 38,1% dos estabelecimentos familiares possuem área total inferior a 10 hectares. Além disso, 99,1% dos estabelecimentos classificados na categoria agricultura familiar possuem área total inferior a 100 hectares. Entre os 118.422 estabelecimentos familiares que declararam associação à cooperativa no estado, 26,8% detêm área total inferior a 10 hectares e 63,6% possuem área total entre 10 e 50 hectares. Na agricultura não-familiar, 42,2% dos estabelecimentos possuem área total superior a 100 hectares. Entre os 25.059 estabelecimentos não-familiares associados com cooperativas no estado do Rio Grande do Sul, 14.128 (56,4%) possuem área total superior a 100 hectares.

Tabela 8 – Distribuição dos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa em relação ao grupo de área no estado do Rio Grande do Sul (2017)

Grupos de Área	AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR						AGRICULTURA FAMILIAR					
	Total			Associados à Cooperativa			Total			Associados à Cooperativa		
	N.º	%		N.º	%		N.º	%		N.º	%	
<b>Total</b>	71.202	100		25.059	100		293.892	100		118.422	100	
0 ha - 2 ha	4.934	6,9	6,9	824	3,3	3,3	14.829	5,0	5,0	2688	2,3	2,3
2 ha - 5 ha	8.299	11,7	18,6	1.652	6,6	9,9	40.088	13,6	18,7	9.734	8,2	10,5
5 ha -10 ha	7528	10,6	29,2	1766	7,0	16,9	57104	19,4	38,1	19266	16,3	26,8
10 ha - 20 ha	7083	9,9	39,1	1752	7,0	23,9	82767	28,2	66,3	36219	30,6	57,3
20 ha - 50 ha	6274	8,8	47,9	1768	7,1	31,0	76589	26,1	92,3	39070	33,0	90,3
50 ha - 100 ha	6734	9,5	57,4	3134	12,5	43,5	19937	6,8	99,1	10741	9,1	99,4
100 ha - 200 ha	11225	15,8	73,1	5746	22,9	66,4	1.955	0,7	99,8	598	0,5	99,9
200 ha - 500 ha	10483	14,7	87,9	4806	19,2	85,6	9	0,0	99,8	1	0,0	99,9
500 ha - 1000 ha	4810	6,8	94,6	2156	8,6	94,2	1	0,0	99,8	0	0,0	99,9
1000 ha - 2500 ha	2836	4,0	98,6	1171	4,7	98,9	1	0,0	99,8	1	0,0	99,9
2500 ha - 10000 ha	676	0,9	99,6	242	1,0	99,8	0	0,0	99,8	0	0,0	99,9
De 10000 ha e mais	31	0,0	99,6	7	0,0	99,9	0	0,0	99,8	0	0,0	99,9
Produtor sem área	289	0,4	100	35	0,1	100	612	0,2	100	104	0,1	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

É possível observar que o número de estabelecimentos agropecuários que detém área total superior a 100 hectares é quase inexistente na categoria da agricultura familiar nos estados do Paraná (135 estabelecimentos) e de Santa Catarina (41 estabelecimentos). No estado do Rio Grande do Sul, 1.966 (0,7%) estabelecimentos agropecuários familiares detém área total superior a 100 hectares. Desses, no entanto, 1.955 possuem entre 100 e 200 hectares. Além disso, 91,5% dos estabelecimentos agropecuários familiares associados às cooperativas no estado do Paraná, 93,2% em Santa Catarina e 90,3% no Rio Grande do Sul, detém área total de até 50 hectares. Na agricultura não-familiar, 32,5% dos estabelecimentos no Paraná, 21% em Santa Catarina e 42,2% no Rio Grande do Sul, possuem área total superior a 100 hectares. Quando estratificados os estabelecimentos não-familiares ligados às cooperativas, verifica-se que 53% no estado do Paraná, 32,7% no estado de Santa Catarina e 56,4% no estado do Rio Grande do Sul, possuem área total superior a 100 hectares. Assim, percebe-se que o estado de Santa Catarina apresenta uma característica distintas no que se refere à distribuição dos estabelecimentos não-familiares entre os grupos de área total. Santa Catarina, além de apresentar o menor número absoluto e percentual de estabelecimentos agropecuários que detém área total superior a 100 hectares, é o único estado do Sul onde a maioria (67,1%) dos estabelecimentos não-familiares associados à cooperativa detém área inferior a 100 hectares.

A literatura acumula evidências de que o cooperativismo é uma estratégia mobilizada principalmente pelos pequenos agricultores familiares frente as suas limitações organizativas e de escala (SILVA *et al.*, 2014; FAO, 2016; HOKEN; SU, 2018). As teorizações de Chayanov (2017) também postulam que o cooperativismo encontra nas pequenas unidades agrícolas sua potência máxima. De fato, o cooperativismo é uma característica marcante da organização social e econômica dos agricultores familiares do Sul do Brasil. No entanto, os dados do Censo Agropecuário mostram que o cooperativismo é representativo e tem se expandido significativamente nas unidades não-familiares de médio e grande porte. Mais da metade dos estabelecimentos agropecuários não-familiares detentores de área total superior a 100 hectares na macrorregião Sul estão ligados às cooperativas.

Sobre a análise das rendas obtidas com as atividades desenvolvidas no estabelecimento agropecuário, verifica-se que em 53,1% dos estabelecimentos da agricultura não-familiar da macrorregião Sul a renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento agropecuário é menor que as outras rendas obtidas pelo produtor<sup>5</sup>. Quando estratificados os estabelecimentos da agricultura não-familiar associados com cooperativas, esse índice caiu para 32,6%. Ou seja, na maioria dos estabelecimentos agropecuários não-familiares associados com cooperativas (65,9%), a renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento é maior que as outras rendas obtidas pelo produtor. Na categoria da agricultura familiar, 63,9% dos estabelecimentos têm renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento maior que as outras rendas obtidas pelo produtor. Especificamente nos estabelecimentos da agricultura familiar associados à cooperativa, 77,2% têm renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento maior que as outras rendas obtidas pelo produtor.

---

<sup>5</sup> Por outras rendas, o IBGE (2019) considerou: a) recursos de aposentadorias e pensões; b) rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento; c) recebimento de prêmio do programa garantia safra; d) recebimento de prêmio do programa garantia da atividade agropecuária da agricultura familiar - PROAGRO Mais; e) recebimento do Programa Nacional de Habitação Rural - Minha Casa Minha Vida; f) recebimento de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais); e g) - recebimentos provenientes de programas governamentais (federal, estaduais ou municipais).



A pluriatividade é apontada por diversos estudos como estratégia de reprodução social da categoria sócio-política da agricultura familiar brasileira (GRAZIANO DA SILVA, 1996; DEL GROSSI, 1999; MATTEI, 1999; SCHNEIDER, 2007; ESCHER et al., 2014). Schneider, Cazella e Mattei (2021) sustentam que a pluriatividade não é uma característica negativa ou um óbice à produção agropecuária das unidades familiares. No entanto, a análise da Tabela 9 permite inferir que a associação à cooperativa impacta na proporcionalidade das rendas obtidas dentro e fora do estabelecimento agropecuário. Assim, é possível verificar que quando há associação à cooperativa, há também uma tendência da renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento ser maior que as outras rendas obtidas pelo produtor fora do estabelecimento agropecuário. Seria interessante investigar se esse resultado pode ser explicado pela facilitação do acesso aos mercados protagonizado pelas cooperativas, que aumentam, por meio da comercialização do que se produz, a renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento agropecuário. Esse resultado se soma a outros estudos que demonstram os impactos positivos do cooperativismo nas rendas agrícolas obtidas pelos agricultores (MA; ABDULAI, 2016; MOJO *et al.*, 2017; HOKEN; SU, 2018; KUMAR *et al.*, 2019; CHARLES; BATTESE; VILLANO, 2019; COSTA; VIZCAINO; COSTA, 2020).

Tabela 9 – Renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento em relação às outras rendas obtidas pelo produtor na macrorregião Sul do Brasil (2017)

Renda	AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR				AGRICULTURA FAMILIAR			
	Total		Associados à Cooperativa		Total		Associados à Cooperativa	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>Total</b>	187.547	100	65.727	100	665.767	100	248.036	100
Renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento maior que as outras rendas obtidas pelo produtor	83.393	44,5	43.291	65,9	425.745	63,9	191.569	77,2
Renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento menor que as outras rendas obtidas pelo produtor	99.679	53,1	21.443	32,6	240.022	36,1	56.467	22,8
Não se aplica	4.475	2,4	993	1,5	0	0,0	0	0,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Sobre a finalidade principal da produção agropecuária, verifica-se que 20,2% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura não-familiar e da 19,3% da agricultura familiar na macrorregião Sul, têm o consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos como a principal finalidade da produção. Entre os estabelecimentos associados com cooperativas, esse índice cai para 7,7% na agricultura não-familiar e 9,0% na agricultura familiar. No Brasil, em geral, 40,4% dos estabelecimentos agropecuários têm o consumo próprio e da família como a principal finalidade da sua produção. Entretanto, quando observamos os estabelecimentos agropecuários associados às cooperativas no Brasil, é possível observar que consumo próprio é a principal finalidade da produção em apenas 9,1% dos estabelecimentos. A produção para o uso e consumo próprio de alimentos, bens e meios de trabalho, continua a ser uma marca característica da agricultura familiar brasileira (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2005). Por outro lado, a produção para o autoconsumo como principal finalidade da unidade agrícola na agricultura familiar pode ser caracterizada como uma estratégia antieconômica (GAZOLLA, 2006).

Chama a atenção que na macrorregião Sul, o índice de vinculação com cooperativas tenha atingido a marca de 36,8% do total dos estabelecimentos agropecuários. Ainda, na

macrorregião Sul, 80,5% dos estabelecimentos agropecuários têm a comercialização como a principal finalidade da produção agropecuária. Corroborando esse resultado, Neves et al. (2019) verificaram que, tendo como base de comparação a macrorregião Sul, o fato de estar associado à cooperativa agropecuária nas macrorregiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste causou impacto positivo na produção dos agricultores, mas isso não foi observado no Norte e Nordeste, que obtiveram efeitos negativos. Assim, essa análise, sem pretensão de estabelecer comparações simplistas acerca das macrorregiões brasileiras, também corrobora a atualidade dos escritos de Chayanov (2017) sobre o cenário da agricultura brasileira contemporânea e o papel que o cooperativismo pode desempenhar no desenvolvimento do rural brasileiro. Esses resultados corroboram a literatura que sustenta o cooperativismo como importante mecanismo de comercialização da produção agrícola brasileira (FERREIRA; BRAGA, 2004; JOHNSTON; SANTANA; SANTOS, 2020).

Tabela 10 – Finalidade principal da produção agropecuária dos estabelecimentos agropecuários na macrorregião Sul do Brasil (2017)

Finalidade da Produção	AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR				AGRICULTURA FAMILIAR			
	Total		Associados à Cooperativa		Total		Associados à Cooperativa	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>Total</b>	187.547	100	65.727	100	665.767	100	248.036	100
Consumo próprio	37.900	20,2	5.056	7,7	128574	19,3	22314	9,0
Comercialização	149.647	79,8	60.671	92,3	537193	80,7	225722	91,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

No que se refere ao acesso à orientação técnica, os dados da Tabela 11 demonstram um quadro precário tanto na agricultura não-familiar como na agricultura familiar da macrorregião Sul do Brasil. Em 2017, dos 187.547 estabelecimentos da agricultura não-familiar mapeados na macrorregião Sul, 98.301 (52,4%) não receberam nenhum tipo de orientação técnica. Na agricultura familiar, 51,1% dos 665.767 estabelecimentos não receberam orientação técnica.

É relevante destacar que, entre o grupo dos estabelecimentos agropecuários associados com cooperativas na macrorregião Sul, 75,3% dos estabelecimentos da agricultura não-familiar e 71,6% da agricultura familiar receberam orientações técnicas no ano de 2017. Além disso, tanto na agricultura não-familiar como na agricultura familiar, nos estabelecimentos que declararam associação à cooperativa, a principal fonte da orientação técnica foram as próprias cooperativas, 46,7% e 42,4% respectivamente. Sobre a orientação técnica, diversos estudos sustentam o papel e a relevância que a assistência técnica ocupa nas agendas para o desenvolvimento da agricultura (CASTRO, 2015; OLIVEIRA; FARIA, 2019; FREITAS et al., 2016). Com efeito, em face do enfraquecimento de políticas e instituições públicas de assistência técnica agrícola, os dados do Censo Agropecuário mostram o lugar de protagonismo assumido pelas cooperativas.

Tabela 11 – Origem da orientação técnica recebida nos estabelecimentos agropecuários associados à cooperativa por tipologia de agricultura familiar e não-familiar (2017)

Orientação Técnica	AGRICULTURA NÃO-FAMILIAR				AGRICULTURA FAMILIAR			
	Total		Associados à Cooperativa		Total		Associados à Cooperativa	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>Total</b>	187.547	100	65.727	100	665.767	100	248.036	100
Recebe	89.246	47,6	49.513	75,3	325.399	48,9	177.659	71,6
<i>Governo: federal, estadual ou municipal</i>	19.513	10,4	8.109	12,3	104.502	15,7	52.408	21,1
<i>Própria ou do próprio produtor</i>	37.389	19,9	16.942	25,8	60.662	9,1	29.206	11,8
<i>Cooperativas</i>	34.042	18,2	30.687	46,7	121.129	18,2	105.156	42,4
<i>Empresas integradoras</i>	11.400	6,1	6.052	9,2	98.762	14,8	43.019	17,3
<i>Empresas privadas de planejamento</i>	4.397	2,3	2.531	3,9	13.338	2,0	6.907	2,8
<i>Organização não-governamental</i>	193	0,1	72	0,1	657	0,1	317	0,1
<i>Sistema S</i>	463	0,2	198	0,3	1.231	0,2	753	0,3
<i>Outra</i>	3.001	1,6	1.262	1,9	12.084	1,8	4.882	2,0
Não recebe	98.301	52,4	16.214	24,7	340.368	51,1	70.377	28,4

Nota. Mais de uma fonte de orientação técnica pode ser declarada.

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados dos Censos Agropecuários revela uma tendência de fortalecimento das relações de associações entre os estabelecimentos agropecuários e as organizações cooperativas no Brasil e, em especial, na macrorregião Sul do país. Ao passo que a análise comparativa entre os dados de 2006 e 2017 demonstram resultados promissores para o cooperativismo na agricultura da macrorregião Sul na última década, observa-se também um vasto terreno a ser explorado. Os dados revelam um cenário onde, no ano 2017, 36,8% do total de estabelecimentos agropecuários da macrorregião Sul mantinham associações às cooperativas.

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 trazem evidências de que o cooperativismo na agricultura no Sul do Brasil tem se configurado de forma distinta entre as categorias da agricultura familiar e não-familiar. Na agricultura não-familiar o cooperativismo apresentou-se mais pujante entre os estabelecimentos que possuem área total superior a 100 hectares. Na agricultura familiar, o cooperativismo se mostrou mais potente entre os estabelecimentos agropecuários que detém área total entre 10 e 50 hectares. Nos grupos de área superiores a 100 hectares, a agricultura familiar é praticamente inexistente na macrorregião. Além disso, na agricultura familiar, 41,4% dos estabelecimentos detém área total de até 10 hectares. Entretanto, entre os estabelecimentos da agricultura familiar associados com cooperativas, apenas 27,2% detém área total de até 10 hectares.

Em face desse resultado, percebe-se a existência de um solo fértil para fomento do cooperativismo na agricultura familiar, principalmente nas unidades menores, que detém área total inferior a 10 hectares. Com efeito, as ações do Estado e as políticas públicas poderiam se beneficiar da potencialidade organizativa do cooperativismo para tornar mais efetivas a superação das múltiplas carências socioeconômicas e produtivas que são encaradas pela agricultura familiar no Sul do Brasil. Como sustenta Chayanov (2017) é nessa categoria, das

unidades da agricultura familiar menos favorecidas, que o cooperativismo se constitui como uma alternativa profícua para conciliar as vantagens da economia de larga escala com as unidades camponesas de pequeno porte que, ao integrarem-se com cooperativas, alcançam uma escala maior do que as propriedades privadas. O cooperativismo representa um modo – talvez o único – para que esses agricultores menos favorecidos possam superar suas limitações de produção e principalmente, como mostram os dados censitários, de comercialização da produção agrícola, visando a melhoria da renda, do patrimônio e da qualidade de vida das famílias.

Os dados do Censo Agropecuário também revelam que o cooperativismo tem sido mobilizado como estratégia organizativa não apenas entre pequenos produtores da agricultura familiar. Para além de ajudar a resolver os problemas de escala dos produtores menores e familiares, os dados mostram que o cooperativismo tem se expandido na agricultura não-familiar, principalmente nas médias e grandes unidades agropecuárias. Esse cenário de expansão do cooperativismo entre os grandes proprietários rurais da região do Sul do Brasil ainda é pouco explorado por estudiosos da área, mas o contexto da globalização e do aumento da competitividade podem explicar os motivos de grandes produtores mobilizarem o cooperativismo como forma de suplantar seus problemas organizativos.

Em síntese, a análise dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017, à luz dos escritos de Chayanov, desvelam evidências que sustentam as contribuições do cooperativismo para o desenvolvimento do rural no Sul do Brasil. Cabe destacar que os resultados aqui apresentados não se referem a uma análise de correlações estatisticamente significativas entre macrorregiões, agricultura familiar, agricultura não-familiar e associação à cooperativa. Recomenda-se que estudos futuros investiguem profundamente, a partir dos microdados dos Censos Agropecuários, as características dos estabelecimentos não-familiares de maior porte, onde o cooperativismo se mostrou mais pujante, explorando os tipos de produções agropecuárias desenvolvidos nesses estabelecimentos.

## REFERÊNCIAS

- ABATE, G. T.; FRANCESCONI, G. N.; GETNET, K. Impact of agricultural cooperatives on smallholders' technical efficiency: Empirical evidence from Ethiopia. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 85, n. 2, p. 257–86, 2014.
- ABATE, G. T.; FRANCESCONI, G. N.; GETNET, K. Impact of agricultural cooperatives on smallholders' technical efficiency: Empirical evidence from Ethiopia. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 85, n. 2, p. 257-286, 2014.
- ABEBAW, D.; HAILE, M.G. The impact of cooperatives on agricultural technology adoption: empirical evidence from Ethiopia. **Food Policy**, v. 38, p. 82–91, 2013.
- AREF, F. Agricultural Cooperatives for Agricultural Development in Iran. **Life Science Journal**, v. 8, n. 1, p. 82-85, 2011.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura familiar**. Brasília, DF: MAPA, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3m1Mifk>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

BÜTTENBENDER, P. L. **Cooperativismo na Região Nordeste do Rio Grande do Sul: experiências de gestão cooperativa e de promoção do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora SESCOOP/RS, 2010.

CANDEMIR, A.; DUVALEIX, S. Agricultural cooperatives and farm sustainability: a literature review. **Journal of Economic Surveys**, v. 00, p. 1-27, 2021.

CASTRO, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n.12, p. 49-59, 2015.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: EdUFRGS, 2017.

CHARLES, T.; BATTESE, G. E.; VILLANO, R. A. Family farms plus cooperatives in China : Technical efficiency in crop production. **Journal of Asian Economics**, v. 64, p. 101–29, 2019.

COSTA, R. A.; VIZCAINO, A. C.; COSTA, E. M. Participação em cooperativas e eficiência técnica entre agricultores familiares no Brasil. In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo agropecuário**. Brasília, DF: IPEA, IBGE, 2020.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações rurais não-agrícolas no meio rural brasileiro 1981-1995**. 1999. Tese (Doutorado) – IE-UNICAMP .Campinas, SP, 1999.

ESCHER, F. *et al.* Caracterização da pluriatividade e do plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 4, p. 643-668, 2014.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Cooperativas agrícolas, a chave para reduzir a fome e a pobreza**. 2016. Disponível em: <https://www.fao.org.br/cacrfp.asp>. Acesso em: 09 mar. 2021.

FERGUSON, H.; KEPE, T. Agricultural cooperatives and social empowerment of women: a Ugandan case study. **Development in Practice**, v. 21, n. 3, p. 421–429, 2011.

FERNANDES, R. A. *et al.* Contribuição das cooperativas de crédito no desenvolvimento da agricultura familiar: o caso da Sulcredi Ouro. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate - RDSD**, v. 4, n. 1, p. 88– 05, 2018.

FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J. Diversificação e Competitividade nas Cooperativas Agropecuárias. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n.4, p. 33-55, 2004.

FISCHER, E.; QAIM, M. Linking Smallholders to Markets: Determinants and Impacts of Farmer Collective Action in Kenya. **World Development**, v. 40, n. 6, p. 1255–268, 2012.

FRANCESCONI, G. N.; RUBEN, R. The Hidden Impact of Cooperative Membership on Quality Management: A Case Study from the Dairy Belt of Addis Ababa. **Journal of Entrepreneurial and Organizational Diversity**, v. 1, n. 1, 2012.

FREITAS, C. O. *et al.* Technical efficiency and farm size: an analysis based on the Brazilian agriculture and livestock census. **Italian Review of Agricultural Economics**, v. 74, n. 1, p. 33-48, 2019.

FREITAS, C. O. *et al.* Technical assistance support effect on Brazilian agricultural performance. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 44., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEC, 2016.

FULTON, M.; GIANNAKAS, K. The future of agricultural cooperatives. **Annual Review of Resource Economics**, v. 5, n.1, p. 61–91, 2013.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2006. p.82-103.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Produção para autoconsumo e segurança alimentar: uma abordagem com base na agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005. **Anais [...]**. Belo Horizonte: SBS, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas (SP): UNICAMP, 1996.

GUASSELLI, I. G. G. **Cooperativa como forma de melhor viabilizar os produtores de maçã: um projeto para a Região do Município de Vacari/RS**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2002.

HANISCH, M.; ROMMEL, J.; MÜLLER, M. The cooperative yardstick revisited: panel evidence from the European dairy sectors. **Journal of Agricultural & Food Industrial Organization**, v. 11, p. 151–162, 2013.

HELLIN, J.; LUNDY, M.; MEIJER, M. Farmer organization, collective action and market access in Meso-America. **Food Policy**, v. 34, n. 1, p. 16-22, 2009.

HELMBERGER, P.; HOOS, S. Cooperative enterprise and organization theory. **Journal of Farm Economics**, v. 44, n. 2, p. 275-275, 1962.

HOKEN, H.; SU, Q. Measuring the effect of agricultural cooperatives on household income: case study of a rice-producing cooperative in China. **Agribusiness**, v. 34, n. 4, p. 831–846, 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Disponível em: Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Cooperativas: Resultados definitivos Censo Agro 2017**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019a. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_cooperativas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_cooperativas.pdf). Acesso em: 20 nov. 2020.

MOJO, D.; FISCHER, C.; DEGEFA, T. The determinants and economic impacts of membership in coffee farmer cooperatives: recent evidence from rural Ethiopia. **Journal of Rural Studies**, v. 50, p. 84–94, 2017.

NAZIRI, D. et al. Estimating the Impact of Small-Scale Farmer Collective Action on Food Safety: The Case of Vegetables in Vietnam. **Journal of Development Studies**, v. 50, n. 5, p. 715–30, 2014.

NEVES, M. C. R.; CASTRO, L. S.; FREITAS, C. O. O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 559–76, 2019.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020**. Brasília, DF: Sistema OCB, 2020. Disponível em: <https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/anuario-do-cooperativismo>. Acesso em: 26 mar. 2021.

OFORI, E.; SAMPSON, G. S.; VIPHAM, J. The effects of agricultural cooperatives on smallholder livelihoods and agricultural performance in Cambodia. **Natural Resources Forum**, v. 43, n. 4, p. 218–229, 2019.

OLIVERIA, G. R.; FARIAS, A. S. Efeitos da Ater na produtividade agropecuária goiana. **Revista de Política Agrícola**, n. 4, p. 7-20, 2019.

ORTEGA, D. L. *et al.* Cooperative membership and coffee productivity in Rwanda's specialty coffee sector. **Food Security**, v. 11, p. 967–979, 2019.

SILVA, G. G. *et al.* Capital social e cooperação na agricultura familiar: uma análise comparativa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 153-166, 2014.

SEXTON, R. J. Imperfect competition in agricultural markets and the role of cooperatives: a spatial analysis. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 72, n. 3, p 709-720, 1990.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v.16, n. 3, p.15-34, 2007.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Post scriptum ao artigo “Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 42-67, 2021.

STRATE, M. F. Cooperativismo como alternativa de fortalecimento da agricultura familiar: a obra de Chayanov. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV)**, v. 7. n. 1, 2018.

TOMAZZONI, G. C.; SCHNEIDER, S. Cooperativismo na agricultura orgânica no Brasil: contribuições de Chayanov. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, Edição Especial, p. 1-16, 2020.

UNICAFES. UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Documento Base V Congresso**. Brasília, DF: UNICAFES. 2017. Disponível: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

YU, L.; HUANG, W. Non-economic societal impact or economic revenue? A performance and efficiency analysis of farmer cooperatives in China. **Journal of Rural Studies**, v. 80, p. 123–134, 2020.

WOSSEN, T. et al. Impacts of extension access and cooperative membership on technology adoption and household welfare. **Journal of Rural Studies**, v. 54, p. 223–33, 2017.

ZHANG, S.; SUN, Z.; MA, W.; VALENTINOV, V. The effect of cooperative membership on agricultural technology adoption in Sichuan, China. **China Economic Review**, v. 62, 101334, 2020.

ZHOU, J.; LIU, Q.; LIANG, Q. Cooperative membership, social capital, and chemical input use: evidence from china. **Land Use Policy**, v. 70, p. 394–401, 2018.